



**GOVERNO BRASILEIRO QUER TAXAR BILIONÁRIOS.
TRUMP E BOLSONARO FAZEM CHANTAGEM POLÍTICA E QUEREM TAXAR PAÍS**
Cientistas reagem e defendem soberania nacional em reunião da SBPC.
Conselho Universitário da UFRJ aprova moção contra medidas norte-americanas



POR KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Direto do Consuni

EM DEFESA DA SOBERANIA

A aplicação do tarifaço norte-americano contra o Brasil, com chantagem política, repercutiu no último Consuni. O colegiado aprovou uma moção em defesa da soberania nacional. Confira abaixo:
“O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão ordinária no dia 10 de julho de 2025, manifesta -se em defesa da Soberania Nacional frente a ingerência do Presidente dos EUA em assuntos inegociáveis como a defesa da democracia e de seus órgãos de decisão estabelecidos na Constituição Federal Brasileira. O Conselho Universitário expressa

apoio ao Presidente Luiz Inácio em aplicar a Lei de Reciprocidade - Lei nº 15 122/2025, e conclama a comunidade universitária à participação nas ações necessárias em defesa da Soberania Nacional, em conformidade com o Estatuto da UFRJ.”
A moção do Consuni da UFRJ foi seguida de várias manifestações da comunidade acadêmica. Poucos dias depois, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgaram nota contra as ações do governo de Donald Trump, “que configuram uma afronta inaceitável à soberania nacional, à democracia brasileira e à estabilidade das relações internacionais”.



CAp VOLTA A PROTESTAR

A comunidade do Colégio de Aplicação voltou a protestar por melhores condições de infraestrutura no Conselho Universitário realizado no dia 10. Durante a sessão, alunos entregaram à reitoria 140 cartas (foto) denunciando os problemas da escola.
“Duas semanas após terem deixado o muro cair, estamos convivendo com tapumes e com promessas de um muro reerguido”, reforçou a representante do corpo docente da unidade no Consuni, Maria Coelho. “Mas ainda há uma rede elétrica condenada, estrutura da educação infantil restrita — há três anos — a duas salas da escola,

desgaste físico e emocional do corpo profissional e da direção”, completou. O reitor Roberto Medronho se defendeu das críticas sobre o muro. O dirigente responsabilizou o subfinanciamento crônico da UFRJ e a legislação que dificulta a agilidade das obras. “Vários sinistros têm ocorrido na nossa universidade e nenhum reitor é responsável por isso. São anos e anos de subfinanciamento”, disse.
A administração central apresentou as intervenções que serão feitas na unidade: além do muro (com obra emergencial já contratada e em andamento), haverá uma reforma da quadra e do sistema elétrico da escola. “Estamos finalizando agora o mapeamento da rede elétrica do prédio para posterior contratação da reforma”, disse o diretor do Escritório Técnico da Universidade, professor Wagner Ribeiro. “A outra demanda é a quadra. Já era programação retomar a obra da quadra. Houve uma licitação que fracassou. Vamos retomar agora no segundo semestre”, completou.
Também foi informado que 75 empresas se apresentaram para a licitação de construção do espaço que vai abrigar o segmento infantil no antigo polo de biotecnologia, na Cidade Universitária. Uma empresa foi considerada vencedora, mas outra firma

entrou com recurso, que deve ser avaliado até o fim do mês.
“Vamos fazer uma comissão com alunos, pais, servidores, junto da reitoria, para acompanhar, etapa a etapa, todas essas intervenções”, disse Medronho, que se comprometeu a visitar a escola para conversar com o corpo social da escola. A reunião ficou marcada para o próximo dia 30.

PRIMEIRA EMERGENCIA DO CM UFRJ-MACAÉ

O professor Emerson Elias Merhy, do Departamento de Saúde Coletiva, Mental e da Família, do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, será emérito. A concessão do título pelo Consuni — a primeira do Centro — premia uma carreira dedicada aos estudos em saúde coletiva de reconhecimento internacional. Merhy é Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional de Rosário, da Argentina desde 2019.

SEM MAIS VAGAS PARA SUBSTITUTOS

Representante do campus Macaé, o professor Habib Montoya solicitou alguma reserva técnica emergencial de substitutos para cobrir as vagas de professoras grávidas. A administração central respondeu que não há mais nenhuma vaga

disponível este ano, em função dos recursos das unidades aprovados pelo próprio Consuni. As instituições podem contratar substitutos até o limite de 20% do quadro total de docentes ativos — no caso da UFRJ, o percentual corresponde a 720. “Preenchemos todas as vagas”, informou a superintendente geral de Graduação, professora Georgia Atella.

NOVA OUVIDORA

O colegiado aprovou a indicação da professora Katya Gualter para ser a nova ouvidora geral da UFRJ. A docente está encerrando neste mês o mandato como diretora da Escola de Educação Física e de Desportos.

MUDANÇA NA PR-6

Fernando Peregrino foi indicado para a pró-reitoria de Governança, substituindo a professora Claudia Cruz. O nome será submetido ao Consuni no dia 24. Se aprovado, levará para uma das áreas mais sensíveis da gestão a vasta experiência adquirida em diversos cargos administrativos. Foi presidente da Faperj, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado e diretor-executivo da Coppetec.

EX-REITORES E MEDRONHO DEBATEM FUTURO DA UFRJ

RENAN FERNANDES

O reitor Roberto Medronho convocou uma reunião com ex-reitores da UFRJ na Cidade Universitária, na quinta-feira, 10. O objetivo de Medronho foi promover a troca de experiências entre gestores que viveram momentos diferentes, mas enfrentaram situações semelhantes. Estiveram presentes os professores Alexandre Pinto Cardoso, Carlos Levi da Conceição, Nelson Maculan Filho, Paulo Alcântara Gomes e Sergio Longo Fracalanza.

Medronho apresentou aos colegas projetos para a construção e a reforma de prédios da universidade. O primeiro busca recursos do “Minha Casa, Minha Vida” para a construção de uma nova residência estudantil com o objetivo de abrigar não apenas estudantes da UFRJ, mas também alunos e docentes estrangeiros. “A vantagem é que tudo passaria pela Caixa. Fazemos o contrato com o banco e a empresa que vencer a licitação recebe do banco a verba para a construção”, explicou o reitor.

O segundo projeto, ainda em fase de



estudo de viabilidade, prevê a destinação de parte da venda do próximo lote do pré-sal para a reforma dos prédios da UFRJ, atualmente estimada pelo ETU em R\$ 1 bilhão para a recuperação de 75% da área construída da universidade. “Na última reunião que estive com o presidente Lula ele falou que queria ouvir projetos, por isso estamos articulando”, apontou Medronho.

Segundo o reitor, a UFRJ também articulou com o IPHAN a obtenção de recursos do BNDES para a reforma do Palácio Universitário, na Praia Vermelha. “Aquilo poderia ser o próximo Museu Nacional. É uma situação muito delicada”, disse em alusão à situação encontrada na Capela São Pedro de Alcântara durante visita que a reportagem da AdUFRJ acompanhou em março deste ano.

O professor Alexandre Cardoso elogiou os esforços propostos por Medronho. “Boas iniciativas têm cabeça, tronco e membros. Isso é importante para saírem do papel e não ficarem apenas no discurso”, destacou. Cardoso aproveitou a reunião para elogiar as melhorias no cotidiano do HUCFF desde a adesão à Ebserh, mas fez também uma cobrança sobre as condições de trabalho. “Precisamos de investimento em cirurgia robótica, é uma prioridade. Isso limita nosso trabalho docente e a formação dos alunos”.

O clima da reunião foi de cumplicidade entre os colegas de longa data. “Me casei com a UFRJ em 1971 e não me divorciei até hoje”, brincou Maculan. Os ex-reitores lou-

varam o encontro e a possibilidade de serem ouvidos sobre temas fundamentais da UFRJ. “Valorizar a experiência e a memória das pessoas é muito importante para manter essa universidade”, pontuou.

“O cargo de reitor é solitário. Por isso, é bom ouvir outras fontes além das que estão normalmente ao seu lado”, revelou Fracalanza. “Nós também passamos por todas essas situações de falta de verba e problemas de manutenção”. Nossa experiência, os êxitos e os insucessos, pode contribuir na tomada de decisão do reitor”.

Levi saiu da reunião satisfeito com o entusiasmo de Medronho em angariar recursos para contornar a crise orçamentária. “Nesse momento difícil que estamos atravessando, foi ótimo ver que o reitor está animado e cheio de projetos. Essa é a base para uma gestão bem-sucedida”, afirmou. Paulo Alcântara classificou a reunião como “extremamente importante”. “Tivemos a possibilidade de discutir várias iniciativas que serão implementadas ao longo dos próximos anos”, celebrou. **(Renan Fernandes)**

A hora e a vez de mudar as licenciaturas do Brasil

> Resolução do Conselho Nacional de Educação determina que cursos que formam professores façam reformas curriculares até junho de 2026. UFRJ organizou seminário sobre o tema

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

As licenciaturas estão em uma corrida contra o tempo. Uma resolução do Conselho Nacional de Educação torna obrigatória uma reforma curricular de todos os cursos da área até 30 de junho de 2026. Além disso, todos os estudantes que ingressaram nas licenciaturas desde 1º de julho de 2024 precisam se graduar pelo currículo novo.

Um seminário realizado nos dias 9 e 10 de julho no Centro de Tecnologia discutiu o assunto na UFRJ, que oferece 32 licenciaturas (três por EaD, 27 presenciais no Rio e duas presenciais em Macaé), envolvendo aproximadamente 14 mil alunos.

Para o professor Joaquim Silva, coordenador de Integração dos Cursos de Licenciaturas junto ao Complexo de Formação de Professores, o maior desafio será mudar a concepção das chamadas disciplinas de conteúdo específico. “Por exemplo, na química orgânica, disciplina que dou aula, não vou poder ensinar só os conteúdos como eu ensinaria para o bacharelado. Eu tenho que trabalhar com este futuro professor como ele poderá levar esses conteúdos para a escola”, afirma.

O docente considera essencial para esta reforma a criação de uma política institucional de co-docência — situação em que dois ou mais professores assumem uma atividade pedagógica, como uma aula ou uma oficina. “Da mesma forma que em um curso de Medicina, no qual os alunos têm interação não só com seus professores, mas com os médicos. Estamos trabalhando essa mesma concepção para a formação de professores”, afirma Joaquim. “Para formar os novos professores, a contribui-

“**Não é uma discussão de carga horária. Estamos pensando o que queremos enquanto formadores, o que queremos para as licenciaturas da nossa universidade. Estamos começando a trilhar um caminho que é muito potente**”

ANA PRADO
Professora da Faculdade de Educação

ção dos docentes da educação básica será muito importante. A gente entende que esse conhecimento é um saber produzido pelo professor na sua atividade profissional”.

ADAPTAÇÃO

Em novembro do ano passado, foi instituída na Faculdade de Educação uma comissão responsável pela elaboração de um Projeto Pedagógico que atenda às exigências das novas diretrizes curriculares para as licenciaturas — a faculdade é parceira das unidades na formação dos estudantes.

Nas últimas semanas, a comissão esteve em todos os Centros que oferecem licenciaturas para ampliar a discussão deste projeto. “O objetivo era apresentar o que estamos pensando para a formação de licenciandos”, informa a professora Ana Prado, coordenadora do grupo, que reúne representantes de todos os departamentos da FE, das coordenações de Licenciatura, Estágio e Extensão e um representante dos técnicos administrativos.

“Foram semanas intensas de



apresentação. E foi muito positivo o seminário vir logo depois destes encontros”, avalia a docente. “Não é só uma discussão de carga horária. Para além disso, estamos pensando o que queremos enquanto formadores, o que nós queremos para as licenciaturas da nossa universidade, quais são nossas concepções. Estamos começando a trilhar um caminho que é muito potente”, conclui Ana Prado.

A professora Ana Lúcia Cunha, integrante da comissão da Faculdade de Educação, avalia a resolução de forma posi-

va. “É um texto que apresenta pontos muito interessantes, diferente da resolução do governo anterior que abria espaço para uma formação aligeirada dos profissionais”.

Mas não será mesmo uma adaptação fácil. Uma das principais mudanças da resolução diz respeito ao estágio curricular: antes concentrado nos períodos finais, agora precisará ocorrer desde o primeiro período dos cursos. “Do ponto de vista da formação dos docentes, é bom. Mas implica um rearranjo institucional muito grande”, diz Ana.

A gravação do seminário pode ser acessada no canal do Complexo de Formação de Professores no Youtube.

EDITAL AMPLIA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUZ ASSIMETRIA REGIONAL

Estão abertas as inscrições do edital da Capes para criação de redes entre instituições de ensino superior e de pesquisa do país, com foco na internacionalização da pesquisa e da pós-graduação.

As redes deverão se organizar em torno de temas centrais e serão compostas por quatro a seis insti-

tuições, estruturadas em coordenadora e associadas. É preciso que as participantes estejam situadas em diferentes regiões do Brasil, com pelo menos uma localizada no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste.

A coordenadora de cada rede deverá ter programa de pós-gra-

duação (PPG) avaliado com nota 5, 6 ou 7, em áreas do conhecimento relacionadas aos temas definidos pela rede, além de possuir parcerias internacionais consolidadas. As instituições podem participar em mais de uma rede, desde que em temas diferentes.

“O programa pretende reduzir

assimetrias regionais em ciência, tecnologia e internacionalização”, afirmou a presidente da Capes, professora Denise Pires de Carvalho, à Comunicação da AdUFRJ.

Serão concedidos R\$ 350 milhões anuais para o programa até 2031. Os itens financeiros incluem missões de trabalho internacionais para viabilização de acordos e execução de projetos, bem como de apresentação de resultados em congressos e eventos, além de bolsas dentro e fora do país, a partir de

setembro do próximo ano. As modalidades das bolsas no exterior são doutorado-sanduíche, professor visitante sênior e júnior, e capacitação de curta duração. No Brasil, as ofertas são para atrair pesquisadores de outros países: professor visitante no Brasil, jovem talento, pós-doutorado e doutorado-sanduíche.

O prazo para inscrições ficará aberto até 30 de outubro. **(Com informações da CGCOM/CAPES)**

68° CONAD



FOTOS: ELINE LUZ/ANDES

CULTURA O Boi Garantido, que rivaliza com o Caprichoso no Festival de Parintins, recepcionou os 313 docentes de 83 seções sindicais de todo o país na abertura do 68° Conad

CRÍTICAS À DIREÇÃO DÃO O TOM AO CONAD DO ANDES

> Debate sobre pendências do congresso de janeiro foi suspenso após acordo entre adeptos e opositores da diretoria, expondo limites da metodologia do SN

ALEXANDRE MEDEIROS
ENVIADO ESPECIAL

A além do forte componente ambiental e da mobilização da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), o 68º Conselho (Conad) do Andes certamente ficará marcado como um “case” da exaustão da metodologia de debates e decisões nos conselhos e congressos do Andes. O encontro, realizado no campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Manaus, reuniu 313 docentes de 83 seções sindicais, de 11 a 13 de julho. E gerou, de forma inédita, um consenso em torno

da necessidade de mudança da metodologia que transforma conselhos e congressos do Andes em longas e cansativas provas de resistência. As longas e exaustivas jornadas — os trabalhos começam às 9h e podem se estender até 23h59 — são uma prática recorrente do grupo que há décadas controla a direção do sindicato nacional. Mas foram alvo de severas críticas no 68º Conad. O auge se deu no sábado (12), quando a plenária da noite, que deveria ser dedicada à atualização dos planos de luta, teve de se debruçar sobre questões ainda pendentes — os chamados “cabides” — do congresso do Andes realizado em janeiro. A pauta central da plenária sequer foi apreciada. A professora Elisa Guaraná,

presidenta da Adur, chegou a apresentar uma questão de encaminhamento propondo a imediata suspensão da análise dos “cabides”, mas a sugestão não foi acatada pela mesa. A plenária chegou ao fim sem que todas as pendências do congresso fossem resolvidas. Na manhã do domingo (13), diante da insatisfação generalizada com a condução desta questão, grupos de oposição e da situação chegaram a um acordo e a análise dos “cabides” foi suspensa. “Esse episódio expõe a exaustão desse método de trabalho dos Conads e dos congressos do Andes. Uma metodologia que não melhora a qualidade do debate e acaba virando uma prova insensata de resistência”, criticou a vice-presidenta da

AdUFRJ, professora Nedir do Espírito Santo, integrante da delegação do sindicato ao 68º Conad. As críticas à metodologia dos encontros nacionais do Andes são recorrentes nos grupos de oposição à atual direção do sindicato nacional.

QUESTÕES AMBIENTAIS

Afora as críticas ao método, a defesa do meio ambiente teve destaque no 68º Conad. O principal alvo foi o chamado PL da Devastação, em tramitação no Congresso. O projeto (PL 2159/2021) altera as normas de licenciamento ambiental no Brasil e é um retrocesso. Entre as medidas propostas está o “autolicensing”, pelo qual empreendimentos podem obter licenças automaticamente, sem análise prévia por órgãos

ambientais.

“Isso pode resultar em mais desmatamento, poluição e impactos negativos sobre comunidades tradicionais e áreas protegidas. Trazer o Conad para cá tem muito simbolismo. Devemos lutar por uma Amazônia livre do desmatamento criminoso, do genocídio dos povos indígenas, da mineração desenfreada e da brutal violência contra seus defensores”, defendeu a presidenta da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), professora Ana Lúcia Gomes.

O PL também é criticado por não considerar a emergência climática e por ignorar a necessidade de consulta prévia a comunidades indígenas e quilombolas. O encontro de Manaus marcou a posse da nova diretoria do Andes para o biênio 2025-2027. A gestão é encabeçada pelos professores Cláudio Mendonça (presidente), da UFMA, Fernanda Vieira (secretária-geral), da UFRJ, e Sérgio Barroso (tesoureiro), da UESB. A delegação da AdUFRJ ao 68º Conad foi composta por 15 docentes, tendo à frente a presidenta Mayra Goulart (delegada).

O encontro também aprovou as contas de 2024 do Andes e decidiu que o 69º Conad será realizado em São Luís (MA).

CANTOS, RIMAS E BATUQUES MOSTRAM A FORÇA DA AMAZÔNIA

Foi difícil resistir ao apelo da menina Yará Sateré-Mawé. Aliás, foi impossível. Jovem cantora da etnia que primeiro desenvolveu o beneficiamento do guaraná, Yará separou a plateia em grupos por região e fez todos cantarem a “Farinhada” (Watynum U’i), de pé e batendo palmas, levando à plateia do 68º Conad um clima de alegria e emoção. “Vocês gostam de farinha?”, disse a cantora, com voz suave e marcante. Acompanhada pelo pai Natan (ao violão) e pela mãe Iaro e a irmã Inara (na percussão), Yará pro-



RESISTÊNCIA A menina Yará Sateré-Mawé mostrou a força do canto porcionou o momento cultural mais emblemático do encontro do sindicato nacional. Sob a organização impecável

de pé e acompanhar com palmas as canções. O rapper W MC também não deixou ninguém ficar sentado. Com suas rimas de improviso que falam do cotidiano de um jovem de periferia em Manaus, o cantor expôs nos versos cantados o preconceito racial e as dificuldades de sobrevivência de boa parte dos brasileiros.

Já o grupo “Wotchimaucú”, da etnia ticuna, mostrou suas tradições culturais em forma de canto. O grupo foi formado em 2005 por indígenas de Tabatinga (AM) e hoje faz apresentações por todo o país.

68° CONAD

CERCADA PELA FLORESTA, UFAM TEM DESAFIOS EXTRAS COM ISOLAMENTO

ALEXANDRE MEDEIROS
ENVIADO ESPECIAL

Sede do 68º Conad, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) convive com sérios problemas orçamentários — realidade comum a todas

as instituições federais de ensino do país. Mas o isolamento da região amazônica impõe desafios extras para a administração central e para a Adua, a associação de docentes, tanto na gestão do dia a dia da universidade, que tem 33 mil alunos, quanto na defesa de melhores condições

de trabalho para os seus 1.640 professores. O campus da universidade está imerso no maior segmento de floresta em área urbana do Brasil, e terceiro maior do mundo. São 6,7 milhões de metros quadrados de mata, e é comum alunos e professores serem “observados” pelas

janelas das salas de aula por macacos, preguiças e pacas. A natureza exuberante ao redor não se restringe a Manaus. A Ufam tem cinco campi no interior do Amazonas, e apenas um deles (Itacoatiara) tem ligação por estrada com a capital. Os demais (Benjamin Constant, Coari, Parintins e

Humaitá) só são acessíveis por barco ou via aérea. O Jornal da AdUFRJ entrevistou a nova reitora da Ufam, professora Tanara Lauschner, que assumiu em 4 de julho, e a presidenta da Adua, professora Ana Lúcia Gomes, sobre os principais problemas da universidade.

ENTREVISTA

“Os desafios de logística, de integração, para além dos orçamentários, são muito grandes”



TANARA LAUSCHNER
Reitora da Ufam

■ **Jornal da AdUFRJ: A senhora assumiu o cargo há duas semanas. Quais os principais problemas que encontrou?**

● A situação da Ufam não é diferente da situação da grande maioria das universidades públicas federais. O nosso orçamento não é suficiente para todas as nossas ações, por isso a gente sempre tem que buscar uma complementação orçamentária, ou emendas parlamentares com a bancada federal. Nós temos um passivo gigantesco, principalmente em relação à manutenção e a questões como energia, água e internet, então essas serão as nossas prioridades iniciais. Vamos buscar orçamento para fazer novos investimentos em infraestrutura, porque esses problemas que nós temos exigem investimentos.

■ **Com os recursos, que investi-**

mentos a senhora vai priorizar?

● Precisamos, por exemplo, de uma nova subestação de energia. Temos problemas com o nosso castelo d’água, que precisa ser reformado. E há uma grande questão: somos uma universidade multicampi. Além de Manaus, nós temos mais cinco campi no interior, num estado que é 20% do território nacional. Os desafios de logística, de integração, para além dos orçamentários, são muito grandes.

■ **Com os recursos restritos, a Ufam corre o risco de corte de serviços básicos como energia e água?**

● O desafio de gestão é muito forte. Não deixar cair a internet, não faltar água nem energia, isso é prioridade. Acho que há pontos de gestão que podemos melhorar e que não demandam muito orçamento, ou demandam pouco orçamento. Na área de recursos humanos, nós ainda não temos um sistema integrado de administração, e precisamos ter. Isso vai poupar tempo de todos e vai melhorar a gestão para que a gente possa identificar mais rapidamente os gargalos e agir mais rapidamente para evitar suspensão de atividades dentro da nossa universidade.

MOBILIZAÇÃO CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA UEMG DOMINA PAUTA DE LUTAS

Se houve no 68º Conad um tema dominante nos debates para a atualização dos planos de luta nacional e setoriais do Andes certamente foi movimento de resistência à privatização da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Dois projetos de lei do governo ultraliberal do governador Romeu Zema (Partido Novo) — 3.733/2025 e 3.738/2025 — cogitam colocar à venda os imóveis da universidade, com “descontos” de até 45%. Além disso, as propostas sugerem que a gestão da UEMG seja transferida para o governo federal.

As medidas foram enviadas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas ainda não entraram em pauta. Elas se encaixam na proposta geral de adesão do governo mineiro ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag) à União, uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal. Estima-se que a dívida de Minas com a União seja de R\$ 165 bilhões. De

acordo com o presidente da Associação dos Docentes da UEMG, professor Túlio Lopes, a suposta “federalização” é apenas um verniz para a tentativa de privatizar a universidade. “Estivemos em Brasília e confirmamos que não há qualquer projeto de federalizar a UEMG. O que o governador quer, no fim de seu mandato, é vender o patrimônio de Minas Gerais”, afirma Túlio Lopes (veja entrevista com o presidente da ADUEMG ao lado).

Além da UEMG, estão na alça de mira de Zema a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimonte) e companhias estaduais, como a Cemig e a Copasa.

Vários discursos no 68º Conad defenderam a necessidade de ampliar a campanha “UEMG: quem conhece, defende!”, inclusive com apoio financeiro e jurídico do Andes. O objetivo da mobilização é que os decretos sejam revogados e nem cheguem a iniciar a tramitação na Assembleia Legislativa, onde o governo Zema tem folga maior.

ENTREVISTA

“É uma frente única. E com a nacionalização da nossa luta, iremos impor uma derrota a Zema”



TÚLIO LOPES
Presidente da ADUEMG

■ **Jornal da AdUFRJ: Que apoios a campanha em defesa da UEMG já conseguiu?**

● O Conselho Universitário da UEMG se posicionou pelo arquivamento dos dois projetos. Temos o apoio do bloco Democracia e Luta, formado por PT, PSOL, PV, PCdoB e Rede, além de deputados do campo da direita. Estamos conosco a SBPC, várias associações docentes, a UNE, a ANP, o MST, o MAB. Queremos o arquivamento, não vamos aceitar a tramitação.

■ **E se o governo conseguir a tramitação?**

nossas pautas. Ela veio para a abertura do Conad, foi um bom sinal. Pensamos até em entregar nossa pauta de lutas aqui, mas preferimos dar tempo a ela e sua equipe. Nossa ideia é levar as pautas nos próximos dias e abrir o diálogo. Ela tem uma visão pouco diferente da nossa. Busca aproximação com empresas em busca de recursos, isso tem que ser visto com cautela. A falta de recursos é patente. Os estudantes estão sem bolsa de extensão há três meses. Eu estou ajudando um aluno meu com recursos próprios para ele não abandonar o projeto. Esperamos resolver isso com a nova reitoria.

■ **Além dessa questão das bolsas, que outras pautas estão no horizonte?**

● A multicampia está fervilhando dentro da universidade. Essa questão das dificuldades que nós temos como uma universidade multicampi. O adoecimento, a questão do assédio, a falta de autonomia financeira das unidades do interior. O ensino indígena também é prioridade. Eu fui dar aula numa unidade fora da sede e havia 17 etnias dentro de uma sala. Para dar aula nessas condições tem que haver um preparo, uma formação. Esse também é um desafio.

● Aí nós vamos deflagrar uma greve geral por tempo indeterminado. É a primeira vez na história recente do Brasil que há uma ameaça deste porte de fim da autonomia universitária. Também houve uma mobilização nas câmaras municipais, nas cidades onde temos a UEMG. A UEMG não está só em Belo Horizonte, ela foi criada em 1989 e hoje está presente em 22 unidades. Dos nossos 22 mil alunos, 15 mil são no interior.

■ **Qual a ameaça para os docentes?**

● Temos 1.700 docentes, sendo 1.100 efetivos. Caso o projeto avance, teremos 600 demissões de contratados. Isso causa uma comoção muito forte. É uma situação grave, e nós não queremos soltar a mão de nenhum trabalhador ou trabalhadora. Nós venceremos essa batalha. Temos o apoio de toda a comunidade no estado. É uma frente única. E com a nacionalização da nossa luta, iremos impor uma derrota a Zema.

CIENTISTAS BRASILEIROS REAGEM À CHANTAGEM DE TRUMP

> Presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro critica ataque de Donald Trump à soberania do Brasil e conclama cientistas à unidade para defender nosso país

DA REDAÇÃO
comunica@adufrrj.org.br

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o professor Renato Janine Ribeiro reagiu à chantagem política do tarifaço de Trump. No discurso de abertura da Reunião Anual da SBPC, em Recife (PE), no último dia 13, o docente manifestou o unânime repúdio de toda a diretoria e conselho da entidade à ameaça do presidente norte-americano à soberania do Brasil.

“Evidentemente nos refe-

rimos às últimas notícias de Washington, com o presidente Donald Trump decidindo aplicar a nossas exportações para os Estados Unidos tarifas absurdamente elevadas, numa chantagem raras vezes vista nas últimas décadas e sem precedentes no século XXI – até mesmo exigindo que nossa Justiça absolva e solte autores de um crime detestável: um golpe contra o regime democrático”, disse.

Para Janine, é necessária a unidade de todo o povo e é dever da comunidade científica

brasileira abraçar a defesa do país. Com duas prioridades: a proteção dos vulneráveis e a necessidade de aumento da produção de bens e serviços.

Mas nada disso adiantará sem o devido reconhecimento do governo ao papel da ciência, tecnologia e inovação, “assegurando os recursos que financiam os avanços na pesquisa que sejam cruciais para vencermos as ameaças que hoje pairam sobre nós”.

Confira ao lado os principais trechos do discurso do diri-

OS PRINCIPAIS TRECHOS DO DISCURSO DE JANINE:

“(…) O equilíbrio dos poderes, invenção da Constituição norte-americana, funcionou melhor nos tempos recentes aqui do que lá. Assim, a defesa da democracia, da soberania, é o primeiro ponto que a SBPC, aqui, afirma, na minha voz”.

“Um segundo ponto a salientar é o do repúdio a uma taxa sobre nossas exportações decretada sob alegações mentirosas. É de todos conhecido um fato simples, elementar, inquestionável: que na balança econômica com os Estados Unidos compramos mais do que vendemos. Trump, aqui, mente.”

(…) “Não aceitamos imposições que violem nossa dignidade, a vontade livremente expressa por nosso povo em eleições livres, a segurança garantida pelo Estado de Direito”.

(…) “Um país digno, um povo ativo, quando vê sua soberania nacional ameaçada, se une. As divergências se calam, ante o valor superior da defesa de sua independência”.

(…) “Somos uma sociedade científica, a maior da América Latina, uma das maiores do planeta, que hoje abre sua Reunião Anual, que é a maior

de nossa parte do mundo. Entendemos que, quando nosso país está ameaçado, e com ele a ordem mundial laboriosamente construída após a II Guerra Mundial, é dever da comunidade acadêmica e científica brasileira defender nosso país.”

“(…) é a ciência que hoje mais desenvolve a produção, seja de bens, seja de serviços; é ela também que delinea as melhores estratégias de combate à fome, à miséria, à injustiça. E é por isso que entendemos ser vital o Governo brasileiro reconhecer o papel da ciência, assim como da tecnologia e inovação, para defender nossa soberania enquanto nação e enquanto povo, assegurando os recursos que financiam os avanços na pesquisa que sejam cruciais para vencermos as ameaças que hoje pairam sobre nós”.

(…) “Alertamos assim o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, para a necessidade de tratar a ciência como o que ela é: hoje em dia, o fator mais poderoso para vencer ameaças à produção e, além dela, à soberania nacional e à soberania popular, que são indissolúveis. E com isso declaramos aberta a 77ª Reunião Anual da SBPC, sob o signo da ciência, da democracia, do amor ao Brasil!”

96 PESQUISADORES DESISTIRAM DE FAZER DOUTORADO SANDUÍCHE NOS EUA

Os ataques do governo Trump aos cientistas produziram mais uma triste estatística, recém-divulgada pela Capes. Segundo a agência, ao menos 96 pesquisadores brasileiros desistiram de fazer parte de seus cursos de doutorado nos Estados Unidos. Eles teriam acesso a bolsas de doutorado sanduíche naquele país, mas optaram pela mudança de destino ou adiaram a

pesquisa.

“Há algumas áreas de pesquisa que têm sido impedidas nos Estados Unidos, projetos que têm sido cortados”, diz a presidente da Capes, professora Denise Pires de Carvalho. A dirigente ressaltou que as desistências ocorreram antes mesmo da solicitação do visto americano.

“Com certeza, foi algum motivo relacionado ao desenvolvimen-

to do projeto de pesquisa nos Estados Unidos. O coordenador brasileiro, o americano ou os dois decidiram que, nesse momento, é melhor não ir”, afirma.

Pelo programa de doutorado sanduíche no exterior, a Capes oferece bolsas às pós-graduações brasileiras. Cabe aos próximos programas decidirem os países de destino junto aos pesquisadores. Entre julho e agosto,

a Capes começa a fazer os pagamentos para que os estudantes viajem, em setembro, e desenvolvam parte da pesquisa no país escolhido.

SEM RESTRIÇÃO OFICIAL

Segundo Denise, não há, até o momento, restrição oficial aos estudantes brasileiros nem cortes nas bolsas para os EUA por parte dos programas brasileiros. Mas, por conta do contexto internacional, essa oferta tem caído.

No ano passado, foram concedidas 880 bolsas para os Estados Unidos. Neste ano, a intenção

era chegar a 1,2 mil, mas estão previstas apenas 350.

Ela faz um alerta: “Eu chamo a atenção aos alunos e orientadores, dos pós-graduandos e orientadores, que a Capes está preparada para trocar o país de destino, para que não haja prejuízo das teses desses estudantes de doutorado e, no caso do pós-doutor, para que não haja nenhum prejuízo no seu projeto de pesquisa. Para que ele possa voltar para o Brasil e implantar essa nova tecnologia no nosso país”. (Fonte: Agência Brasil. Edição: AdUFRJ)

“QUEREMOS OUVIR MAIS OS JOVENS CIENTISTAS”

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A professora Francilene Procópio Garcia, da Universidade Federal de Campina Grande (PB), vai assumir a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), neste dia 17. Atual vice-presidente da entidade, a cientista da área de Computação tomará posse no novo cargo durante a 77ª Reunião Anual da entidade, que acontece em Recife (PE), com mais de 10 mil inscritos.

Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ e integrante do Conselho da SBPC, a professora Ligia Bahia elogia a colega, que será a primeira presidente nordestina da história da entidade. “Com uma vasta experiência na área de pesquisa e inovação, Francilene chega chegando”, brinca.

Nesta entrevista ao Jornal da AdUFRJ, Francilene aborda os planos para a gestão até 2029, avalia as ações do governo Lula na Ciência e os desafios do setor.

■ Jornal da AdUFRJ - Quais serão os principais desafios da gestão?

● **Francilene Procópio Garcia** - Espero que a nossa gestão amplie as condições para que jovens cientistas possam ser mais ouvidos. Quando você coloca os jovens e os pesquisadores mais experientes em diálogo, alcançamos resultados mais qualificados nas discussões. Precisamos valorizar a carreira científica. Formamos hoje em torno de 22 mil doutores por ano. Pela falta de alternativas na carreira pública — que depende do concurso e nem sempre há vagas disponíveis — ou mesmo no segmento privado, eles são muito fortemente contratados como bolsistas. Até tivemos uma atualização nos valores das bolsas de pesquisa em 2023, mas eles ainda estão aquém das nossas necessidades.

Também queremos aprimorar a governança e a gestão do sistema nacional de ciência e tecnologia de inovação. A ideia é que a gente ajude a fortalecer a fixação dos doutores e pós-doutores de uma maneira mais integrada regionalmente, e não concentrada em apenas duas regiões do país.

Outra tarefa é aperfeiçoar os indicadores da ciência. É bom publicar papers, é bom ter depósitos de patentes, mas a gente precisa avançar um pouquinho mais naquilo que é a presença da ciência na vida das pessoas. De que adianta você ter uma patente importante, por exemplo, na eficiência da agricultura, se ela não se ela não chega à agricultura familiar? Precisamos construir uma plataforma de métricas e indicadores que, para além das publicações, para além das patentes, vão ter a capacidade de ler melhor o impacto que a ciência traz para a sociedade brasileira em qualquer setor.

O papel da SBPC é esse: de seguir vigilante, propositiva, participando dos espaços. Vamos ajudar este e qualquer outro governo a construir um projeto de país baseado nas evidências da Ciência, com mais equidade e com soberania, naturalmente.

■ A pluralidade na Ciência será uma pauta?

● A SBPC, em toda a sua trajetória histórica, tem buscado ampliar os espaços e as vozes dos grupos sub-representados que integram essa diversidade e essa pluralidade que a ciência requer. O nosso

Prêmio Carolina Boeri, que vai para a sua sétima edição, é um excelente exemplo. A premiação não só olha para as cientistas que já têm uma carreira consolidada, mas também para as jovens que estão participando de um programa de iniciação científica no ensino médio ou na graduação.

Na minha turma de graduação, nos anos 80, éramos três mulheres em 20. De lá para cá, observamos uma evolução, mas a presença do gênero feminino nas exatas de uma maneira geral, nas engenharias, e incluindo aí a Ciência da Computação, ainda está bem aquém do que a gente gostaria de ver.

■ Como ampliar o número de sócios da SBPC?

● Hoje, a SBPC conta com três mil sócios ativos. Agora, na Reunião Anual de Recife, que já tem mais de 10 mil inscritos até o momento, vamos lançar uma consulta para entender melhor o perfil e os interesses das pessoas e, a partir daí, qualificar melhor nossas ações e campanhas.

A gente ainda não está no TikTok, mas estamos pensando em elaborar uma agenda ali. Trazer a juventude para discussões e reflexões sobre a política científica desde cedo é algo para o qual a SBPC gostaria de contribuir.

■ Como a senhora avalia as ações do governo Lula em relação à Ciência?

● Essa terceira gestão do Lula deu sinais importantes no sentido de reconhecer a centralidade da ciência. O primeiro foi quando o governo firmou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Na gestão anterior, houve momentos de enfraquecimento da pasta, tanto no orçamento como no peso político, a exemplo da falta de influência do MCTI no enfrentamento da COVID-19 que teve forte viés negacionista. O segundo, quando manteve a integralidade dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem sido fundamental para reposicionar investimentos em algumas áreas.

E, ainda em 2023, no primeiro ano do governo, foi lançado o plano da Nova Indústria Brasil com seis missões. Todas elas — uma delas é garantir a segurança alimentar do país — dependentes da ciência, com diretrizes importantes para o



JARDEL RODRIGUES/SBPC

sistema nacional de pesquisa e inovação.

Também voltamos a fazer parte de agendas globais estratégicas, onde a ciência é imensamente presente, como a articulação internacional voltada para a chegada das plataformas de inteligência artificial.

Mas o ponto fundamental, além de regularizar o FNDCT, foi convocar a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (em junho de 2024), após 14 anos. Desde a fase preparatória, mais de 100 mil pessoas participaram. A partir dali, temos um material preciosíssimo, que é a voz da sociedade, dos atores do sistema nacional, indicando caminhos para uma Estratégia Nacional de Tecnologia e Inovação e para um Plano Decenal.

■ O que são estas iniciativas?

● Grande parte do material da 5ª Conferência traz diagnósticos e recomendações avanços em várias áreas. Cabe ao MCTI liderar o processo de transformação desse conjunto em uma política estruturada com dois eixos fundamentais. O primeiro eixo é a definição das diretrizes prioritárias para os próximos quatro a cinco anos, o que se materializa na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). Com essas diretrizes, busca-se alinhar os esforços do Sistema Nacional de CT&I, garantindo coerência entre as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em todo o país.

A Estratégia já está em fase de formulação e deve ser apresentada à sociedade em meados de setembro. No entanto, ela não é suficiente por si só. É preciso tam-

bém definir como essas diretrizes serão implementadas, o que exige planejamento, metas claras e alocação de recursos.

Esse é o papel do Plano Decenal de CT&I, que deve detalhar os caminhos para alcançar os objetivos definidos na Estratégia, orientando investimentos, programas e instrumentos de fomento de forma coordenada e de longo prazo.

■ E como a SBPC tem reagido aos ataques do governo Trump aos cientistas?

● Temos sido bastante presentes na rede de associações similares à SBPC em outros países, junto da própria Academia Brasileira de Ciências e da Academia Mundial de Ciência. Estamos denunciando as supressões de investimentos e, sobretudo, o ataque à liberdade acadêmica, tanto no caso dos Estados Unidos, como em outros países, como é o caso da própria Argentina aqui na América do Sul.

Também alertamos sobre perdas que o governo Trump vai provocar, por exemplo, ao deixar de colocar recursos na Organização Mundial da Saúde ou em projetos de pesquisa importantes para o mundo dos quais brasileiros e brasileiras fazem parte através das nossas universidades.

Nessa direção, a SBPC também tem se inserido na discussão mais recente da agenda do BRICS. Enquanto essa situação de enfrentamento nos Estados Unidos estiver vigente, a possibilidade de arranjos no eixo Sul-Sul é estratégica para que estas ações não percam energia.



LUTO

Em memória
às vítimas do
acidente com
ônibus da
Universidade
Federal do Pará

AdUFRJ